

# **Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle**

Projeto Temático FAPESP

## *Fluxo Segurança*

Relatório 2010

O *Fluxo Segurança* teve seu trabalho, em 2010, marcado por dois movimentos. No primeiro deles, que antecedeu o início formal do Projeto Temático e se estendeu pelos quatro meses iniciais da pesquisa, foi dada atenção a dois temas: o das propostas de reforma do proibicionismo e a Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). Ambos os estudos geraram sistematizações de documentos e eventos, anexadas a esse relatório. O segundo movimento acompanhou a decisão de articular as pesquisas dos fluxos em torno da questão do meio ambiente, o que levou, no segundo semestre de 2010, ao redimensionamento das ênfases de pesquisa no *Fluxo Segurança*. A seguir, serão brevemente apresentados os dois movimentos de pesquisa em 2010, destacando os objetos analisados, as questões conceituais e metodológicas trabalhadas ou que emergiram da pesquisa, o trabalho dos pesquisadores envolvidos e indicações para a continuidade da investigação em 2011.

## **A) Movimento I**

O primeiro trabalho de leitura e sistematização do Fluxo Segurança foi a respeito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg) realizada pelo Ministério da Justiça como um processo de consultas públicas locais, regionais e nacionais com funcionários públicos da área da Justiça e segurança pública, assim como especialistas, ONGs e movimentos sociais. O ciclo de encontros locais começou em agosto de 2008 e se estendeu até agosto de 2009, com o encerramento em conferência nacional realizada em Brasília.

O estudo concentrou-se na descrição ampla do site da Conseg ([www.conseg.gov.br](http://www.conseg.gov.br)), com a leitura e sistematização dos documentos postados pelos organizadores com as balizas e temas gerais que deveriam pautar os encontros locais e regionais. Os objetivos da sistematização foram: a) identificar os conceitos e princípios estipulados pelo Ministério da Justiça que serviram de parâmetro para o processo da Conseg; b) descrever os documentos nos quais são registrados tais conceitos e princípios; c) descrever as etapas nas quais foi organizada a 1ª Conseg; d) apresentar o modelo de gestão proposto, com seus princípios e estrutura de funcionamento burocrático; e) apresentar os princípios e diretrizes alcançados após a realização da Etapa Nacional que encerrou a 1ª Conseg. A pesquisa sobre a 1ª Conseg gerou um relatório intitulado “Apresentação 1ª Sistematização Conseg Dez. 2009” que segue anexado.

O segundo trabalho nesse Movimento se dedicou: 1) à sistematização do livro “Novas abordagens para segurança pública e política de drogas”, organizado, em 2009, pela ONG The International Council on Security and Development (ICOS); 2) a comentar o tema da descriminalização das drogas ilícitas na Lei Portuguesa de 2002 e na Lei Brasileira de 2006.

O livro “Novas abordagens para segurança pública e política de drogas” é a edição das conferências e comunicações apresentadas durante o Simpósio Internacional de Segurança Pública e Política de Drogas, realizado entre os dias 25 e 27 de fevereiro de 2008, no Rio de Janeiro, e organizado pelo ICOS com o apoio da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Departamento da Polícia Federal. Participaram do evento especialistas brasileiros e estrangeiros (politólogos, antropólogos, sociólogos, psiquiatras) e autoridades brasileiras (Diretor da Polícia Federal, Secretário Nacional Antidrogas, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro).

O ICOS é uma ONG fundada em 2002 pela Rede de Fundações Européias<sup>1</sup>, com sede em Bruxelas e subdeses em Londres e no Rio de Janeiro. O site da ONG também registra a existência de escritórios em Paris (França), Ottawa (Canadá), Dubai (Emirados Árabes Unidos) e Cabul (Afeganistão). Os objetivos do ICOS, segundo seu site, são: “promover o debate aberto a fim de aliviar problemas de governança, desenvolvimento e crises econômicas, e garantir que a futura formulação de políticas públicas nessas áreas seja informada, humanitária e que impactem positivamente [nas regiões aplicadas]”.<sup>2</sup>

O ICOS é descrito, no seu site institucional ([www.icosgroup.net](http://www.icosgroup.net)) e na apresentação do livro como “um grupo internacional de reflexão política que trabalha combinando pesquisa de campo e inovação política nas intersecções da segurança,

---

<sup>1</sup> A Rede de Fundações Européias ou Network of European Foundations (NEF) é apresentada em seu site como uma organização sem fins lucrativos, sediada em Bruxelas (Bélgica), destinada a “a) agir como plataforma operacional para o desenvolvimento de projetos entre fundações e outros tipos de organizações filantrópicas e outros programas caritativos; b) desenvolver programas relacionados à Europa e ao papel da Europa no cenário internacional”; c) dar uma perspectiva européia e oportunidades para uma experiência européia junto a iniciativas regionais/locais”. Cf. <http://www.nefic.org/> consultado em 24/02/2010, às 20h15.

<sup>2</sup> [http://www.icosgroup.net/modules/about\\_us](http://www.icosgroup.net/modules/about_us), consultado em 24/02/2010, às 20h22.

desenvolvimento, contra-narcóticos<sup>3</sup> e questões de saúde pública” (p. 04). O site do ICOS apresenta, ainda, sua iniciativa no Afeganistão como a mais desenvolvida, contando com destaque na página inicial. O *link* “Reports” [Relatórios] também reserva espaço para os projetos desenvolvidos no Iraque e na Somália. O site justifica como o interesse inicial do ICOS no Afeganistão a pesquisa sobre a produção ilícita de papoula para a produção de ópio nas províncias do sul do país e sua relação com o conflito local. Segundo informações contidas no site, o ICOS levou pesquisadores ao país em 2004, instalando-se na região. Ainda segundo o site, a difusão da guerra ao terror fez com que a ONG se interessasse, a partir de 2008, pelo Iraque e pela Somália, países tidos pelo discurso da guerra ao terror com mananciais do terrorismo internacional, assim como o Afeganistão.<sup>4</sup>

O tema central do ICOS é, conforme indicações no site, o estudo das relações entre desenvolvimento e segurança. Segundo as informações disponíveis no site e na apresentação do livro, o ICOS assume que não há possibilidade de “segurança” nacional e internacional sem que haja desenvolvimento econômico, social e cultural. Desse modo, abordagens “tradicionais” de segurança – baseada em princípios militares e repressivos – não seriam suficientes para garantir estabilidade institucional e paz social duradouras. Os objetivos declarados do ICOS estão muito próximos daquilo que na área das Relações Internacionais se associa à chamada “teoria da segurança humana”, desenvolvida principalmente na Europa e no Canadá e que procura ampliar o escopo dos estudos de segurança para além dos aspectos estritamente estratégico-militares (David, 2000). Essa abordagem ganhou adeptos a partir dos anos 1990, chegando a influenciar na produção de conceitos como o Responsabilidade de Proteger (*Responsability to Protect* – RtoP), adotado pela ONU em 2004, e que, em síntese, sustenta

---

<sup>3</sup> A expressão “contra-narcóticos” não é usada em português. A tradução do livro optou por uma versão literal para “counter-narcotics” que significa algo como “política antidrogas”.

<sup>4</sup> [http://www.icosgroup.net/modules/reports/iraq\\_angry\\_hearts](http://www.icosgroup.net/modules/reports/iraq_angry_hearts) consultado em 24/02/2010, consultado às 20h33.

que o bem mais importante a ser preservado é a vida humana; desse modo, os princípios da não-intervenção e do respeito absoluto à soberania dos Estados não poderiam servir de escudo para que governos promovessem genocídios ou demais “crimes contra a humanidade” (Evans, 2008; Minayo, 2008).

Seguindo essa linha de interesse, o escritório brasileiro do ICOS organizou o evento que procurou correlacionar desenvolvimento, política de drogas e segurança pública, com a tônica geral circulando em torno do princípio de que a mera repressão ao tráfico e ao usuário não é capaz de controlar o que se assume como um *problema*: o uso de drogas e a criminalidade a ele associada.

Para a sistematização do material, optou-se por seguir as seções da publicação, que correspondem, por sua vez, às sessões do evento. Em cada trecho do livro, foram transcritas as falas ou reproduzidos os textos lidos em público, assim como *slides* dos expositores que se utilizaram desse recurso. O objetivo da sistematização, que vai anexado com o título “Drogas ICOS Mar. 2010”, é reunir os principais pontos levantados por cada palestrante, de modo que se tenha uma dimensão geral das falas e de suas articulações.

Desse modo, divide-se a sistematização em: a) “Cerimônia e Conferência de Abertura”; b) “Primeira Parte: Segurança pública e o problema das drogas”; c) “Narcotráfico e segurança internacional”; d) “Jovens e narcotráfico: fatores de risco e de proteção”. Após cada sessão há uma breve análise das intervenções.

Por fim, foi feito um estudo das leis sobre drogas portuguesa e brasileira, com foco na questão da descriminalização do usuário. Após a promulgação, no Brasil, da Lei 11.343/2006, iniciou-se um debate sobre a suposta possibilidade de que a nova legislação abrisse caminho para a descriminalização das drogas no país, seguindo o modelo português. A partir da leitura da lei portuguesa foi possível notar como o *usuário* é transferido de uma esfera de controle penal no confinamento carcerário para

outra de controle a céu aberto (apresentações periódicas à polícia, prestação de serviços comunitários) ou outros confinamentos (internação compulsória), enquanto que as penas de prisão para os *traficantes* foram aumentadas.

A Lei brasileira não estabelece as quantidades de droga ilícita que tipificariam “posse para consumo” e “tráfico”, deixando a gestão da seletividade nas mãos dos policiais e do delegado que autua a pessoa flagrada com psicoativos ilegais. A distinção entre “usuário” e “traficante”, no entanto, não é nova na legislação brasileira, sendo registrada pela primeira vez na Lei de Tóxicos, formulada durante a ditadura militar, em 1976.

A defesa do “modelo português” realizado por progressistas reunidos, por exemplo, no encontro promovido pelo ICOS, indica um redimensionamento do proibicionismo que abranda a pena de prisão para usuários, enrijece-a para traficantes e abre um campo de controle e punição a céu aberto afeito aos dispositivos punitivos da sociedade de controle. O estudo segue anexado com o título “Comentários sobre Leis de Drogas Mar. 2010”.

## **B) Movimento II**

Uma vez iniciado formalmente o Projeto Temático, optou-se por redimensionar a pesquisa de cada um dos fluxos que o compõe em torno da questão do meio ambiente, em especial, nos temas relacionados à *água*. Assim, passou-se a buscar documentação e bibliografia que relacionasse a questão ambiental aos problemas de segurança nacional, internacional e transterritorial. O texto mais significativo analisado nesse primeiro momento foi o livro “*Guerras climáticas: por que mataremos e seremos mortos no século 21*”, do psicólogo social alemão Harald Welzer, publicado tanto no original em alemão, quanto na tradução brasileira, em 2010.

A tese central de Welzer é a de que as “guerras clássicas” (as baseadas no interesse nacional em termos de poder político, econômico e territorial) cederão espaço para o que denomina *guerras climáticas*, conflitos permanentes instigados pela disputa violenta por recursos naturais cada vez mais escassos, principalmente água potável e o solo fértil. Para Welzer, “o encolhimento dos lagos, o ressecamento dos rios, o desmatamento das florestas e a destruição das reservas naturais conduzirão a novos conflitos sobre recursos naturais que ultrapassarão as fronteiras nacionais” (2010: 120), provocando ondas de migrações internas e internacionais (“refugiados climáticos”) e possibilitando violências genocidas associadas a conflitos locais anteriormente estabelecidos. O trabalho de Welzer vincula as transformações climáticas às novas formas de guerra no futuro, propiciando a formação de contingentes de refugiados e de novos terrorismos conectados às fontes, cada vez mais raras, de recursos naturais.

A pesquisa extensa de Welzer sobre a emergência do tema ambiental como questão de segurança propiciou encontrar em pesquisa eletrônica na internet sites de ONGs e institutos, trabalhos acadêmicos e artigos de divulgação citados pelo autor e que, uma vez consultados, levaram ao encontro de outras referências. Nesse início de investigação sobre a relação segurança/meio ambiente foi levantada bibliografia na área das Relações Internacionais que trabalham com o tema e que precisará ser, ao longo de 2011, sistematizada e problematizada.

Interessa, portanto, ao Fluxo Segurança seguir em 2011 no estudo e problematização de como a questão ambiental/mudanças climáticas tem sido produzida como um tema de segurança não apenas para os Estados isoladamente, mas para os Estados federalizados ou em vias de federalização, como a União Europeia ou a América do Sul, e também, para a chamada “comunidade de Estados” articulada ao redor de acordos e tratados de alcance planetário. Uma hipótese para essa pesquisa é a de que o tema da segurança ambiental, e as ameaças de conflitos ambientais e suas

conseqüências (êxodos em massa, genocídios, esgotamento de fontes de energia etc.), pode assumir um lugar de destaque num novo dispositivo diplomático-militar, não mais *internacional* – como estudado por Michel Foucault (2006) quando da formação do sistema de Estados nos séculos XV e XVI – mas *planetário* lançando mão de um redimensionamento de seus elementos que transforma a dimensão *diplomática* em um conjunto de acordos, instituições e foros multilaterais (estatais, não-governamentais e intergovernamentais) sempre inconclusos e em permanente negociação e a dimensão *militar* em intervenções pontuais associadas a ocupações militares prolongadas e novas formas de gerenciamento de territórios por países articulados em coalizões ou missões de paz conduzidas pela ONU, União Europeia, União Africana, Unasul ou OTAN. Nesse percurso, a pesquisa sobre a União Europeia e a Estratégia Europeia de Segurança (EES), previstas no Projeto aprovado, ganham importância pela aparente primazia dos europeus em tratar as questões ambientais como problemas de segurança (Barbosa e Souza, 2010).

### **C) Pesquisa, produção e atividades em 2010**

#### **a) Iniciação Científica:**

Continuidade do trabalho de orientação de Daniela Brunetto Rocha, estudante de Relação Internacionais (PUC-SP): reunião em 03/12/2010 definiu temas e cronograma da pesquisa para 2011: I) estudo das procedências do conceito de *cyberwar* e *cibersegurança* (relatório para março 2011); II) estudo sobre *serious games/war videogames* (abril/maio/junho 2011); III) descrição das estruturas governamentais brasileira e estadunidense de cibersegurança (abril 2011); IV) descrição do acordo Brasil-Rússia de cibersegurança e da Organização de Cooperação de Xangai (junho 2011).



Reunião para definição de cronograma de pesquisa com Jean Marcouzinhos Tostes, estudante de Relações Internacionais (PUC-SP), 03/12/2010: I) descrição de estrutura, documentos e funcionamento da UNIDIR (para março de 2011); II) descrição dos acordos entre Brasil, Estados Unidos, China e União Europeia sobre tráfico de armas; III) leitura e sistematização de literatura sobre tráfico de armas (maio 2011); IV) mapeamento dos principais países e empresas produtoras de armas leves e pequenas no mundo.

#### **b) Monitoria:**

A disciplina Teoria das Relações Internacionais II, apresentada por Thiago Rodrigues, na Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF), no segundo semestre de 2010, contou com o trabalho de monitoria da estudante de Relações Internacionais da UFF Juliane Bianchi Leão, que produziu um relatório sistematizando as obras voltadas às RI do cientista político estadunidense Francis Fukuyama.

#### **c) Seminários internos:**

Thiago Rodrigues, “Segurança e governamentalidade I”, 29/10/2010, Sala Nu-Sol/Projeto Temático Ecopolítica.

Thiago Rodrigues, “Segurança e governamentalidade II”, 17/12/2010, Sala Nu-Sol/Projeto Temático Ecopolítica.

#### **d) Sistematização de Documentos:**

Leitura e sistematização dos documentos “Carta da Terra”, “Declaração do Milênio”, “Agenda 21 (Brasil): estratégias” e “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” pela perspectiva do Fluxo Segurança.

**e) Produção Maria Cecília da Silva Oliveira**

e. 1) Defesa da dissertação de mestrado em Ciências Sociais (Relações Internacionais) “As políticas de prevenção da juventude na América Latina – o caso ILANUD”, na PUC-SP, com orientação do Prof. Dr. Edson Passetti.

e.1) PROJETO INDIVIDUAL: Drogas, rotas verdes e ilegalidades - o Desenvolvimento Alternativo como via para Segurança das zonas e grupos vulneráveis: relatório que visa apresentar e discutir o documento de 2010, “Producing and Using Biodiesel in Afeganistan”, escrito por Wayne Arden e John Fox, além de artigos de jornal e demais fontes, que defendem a utilização de novas matrizes energéticas no país como forma de auxiliar as tropas estadunidenses que atuam no Afeganistão, como também, aprimorar a atividade de segurança local pela expansão de estratégias de controle ao narco-terrorismo.

e.2) Pesquisa sobre a questão da Água como tema internacional: relatório que visa apresentar o levantamento realizado sobre a questão da água junto a organizações internacionais, que lidam com o tema pela produção de material científico, intelectual, programas de desenvolvimento social e proteção ambiental.

e. 3) Pesquisa e tabulação de notícias para o Fluxo Segurança sobre Haiti e Wikileaks nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo.

### **Propostas para 2011**

Objetivo geral do Fluxo Segurança será continuar e ampliar a pesquisa e problematização de como se produz nos discursos governamentais, intergovernamentais e acadêmicos a questão do meio ambiente (sua preservação, sua ameaça de destruição e necessidade de recuperação) como um problema de segurança nacional, regional e transterritorial. Da perspectiva conceitual, pretende-se investir o conceito de “estados de violência” proposta por Frédéric Gros (2009), experimentando, junto a ele, a noção de *transtorno* para compreender as guerras atuais como enfrentamentos, ora pontuais ora continuados, conduzidos por coalizões de Estados, contra abalos locais ou transterritoriais à estabilidade política e ao governo dos fluxos de capital, produtos, dados pelo globo.

Acoplados a esse fluxo principal, estarão pesquisas sobre acontecimentos e/ou países nos quais acontecimentos interessam à compreensão e problematização dos novos dispositivos de segurança diplomático-militares na sociedade de controle:

- a) Haiti: acompanhamento da MINUSTAH e projetos políticos e de desenvolvimento, acompanhamento da situação política local;
- b) Colômbia e México: acompanhamento da guerra ao narcotráfico, as organizações narcotraficantes e políticas de segurança desenvolvidas;

- c) Wikileaks e cibersegurança (acompanhamento do “caso Wikileaks” e seus desdobramentos, estudo conceitual e das principais medidas nacionais e transterritoriais no que diga respeito à segurança no ciberespaço; descrição e acompanhamento dos *serious games* voltados à educação pela simulação de guerra)
- d) Política de drogas: acompanhar o debate nacional e internacional sobre reformas no regime proibicionista, com atenção à Comissão Global de Política sobre Drogas (com FHC e outras personalidades) e às leis tidas como “progressistas” no campo da descriminalização do usuário (Argentina e Portugal).
- e) Iraque/Afeganistão: acompanhamento das ocupações militares por coalizões de Estados nos dois países;
- f) África: acompanhamento dos casos de genocídio, guerra civil e “guerras climáticas” na África.
- g) “Mundo Árabe”: acompanhar os desdobramentos dos movimentos por democracia no mundo árabe.

Pesquisa Andre Degenszajn: mapeamento do “terrorismo ecológico”, com levantamento e descrição dos grupos classificados como “terroristas ecológicos” e sua localização e deslocamentos pelo globo.

Pesquisa Maria Cecília S. Oliveira: início do doutorado em Ciências Sociais (Relações Internacionais) na PUC-SP, pesquisando as procedências da construção do tema ambiental como problema de segurança a partir da iniciativa europeia (Estratégia Europeia de Segurança) e a sua planetarização por meio de documentos e compromissos como a Declaração do Milênio.

Pesquisa Daniela Brunetto Rocha: I) estudo das procedências do conceito de *cyberwar* e *cibersegurança* (relatório para março 2011); II) estudo sobre *serious games/war videogames* (abril/maio/junho 2011); III) descrição das estruturas governamentais brasileira e estadunidense de cibersegurança (abril 2011); IV) descrição do acordo Brasil-Rússia de cibersegurança e da Organização de Cooperação de Xangai (junho 2011).

Pesquisa Monitoria UFF: escolha de monitor para disciplina Teoria das Relações Internacionais II, na UFF, para desenvolver pesquisa sobre a prática da *cyberwar* por Estados e grupos não-estatais.

## Bibliografia

- BARBOSA, Luciana Mendes e SOUZA, Matilde de. "Securitização das mudanças climáticas: o papel da União Europeia" In: *Contexto Internacional*, Instituto de Relações Internacionais IRI/PUC-Rio, n. 01, vol. 32, janeiro/junho 2010, pp. 121-153.
- BONIFACE, Pascal. *Les guerres de demain*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.
- CLARKE, Richard A.; KNAKE, Robert K. *Cyberwar: the next threat to national security and what to do about it*. Nova Iorque: HarperCollins Publishers, 2010.
- CLARKE, Robin ; KING, Jannet. *O Atlas da Água: o mapeamento completo do recurso mais precioso do planeta*. Tradução Anna Maria Quirino. São Paulo, Publifolha, 2005.
- DAVID, Charles-Phillipe. *La guerre et la paix: approches contemporaines de la sécurité et de la stratégie*. Paris: Presses de Sciences Po, 2000.
- DICKSON, Anna K. *Development and International Relations: a critical introduction*. Cambridge: Polity Press, 2004.

- EVANS, Gareth. *The responsibility to protect: ending mass atrocity crimes once and for all*. Washington: Brookings Institution Press, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Seguridad, territorio, población*. Tradução Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- GROS, Frédéric. *Estados de violência: ensaios sobre o fim da guerra*. Tradução José Augusto da Silva. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2009.
- HALPIN, Edward; TREVORROW, Philippa; WEBB, David; WRIGHT, Steve (eds.). *Cyberwar, netwar and the revolution in military affairs*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2006
- ICOS. *Novas abordagens para segurança pública e políticas de drogas*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MINAYO, Miryam de Souza. *¿Obligación internacional de proteger o caballo de troya? Intervenciones armadas por razones humanitarias*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.
- RAMONET, Ignacio. *Guerras do século XXI: novos temores e novas ameaças*. Tradução Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.
- RIBEIRO, Wagner Costa. *Geografia política da água*. São Paulo: Annablume, 2008.
- ROBB, John. *Brave new war: the next stage of terrorism and the end of globalization*. Hoboken/EUA: Wiley, 2007.
- SHIVA, Vandana. *Guerras por água: privatização, poluição e lucro*. Tradução Georges Kormikiaris. São Paulo: Radical Livros, 2006.
- SINGER, P. W. *Wired for war: the robotics revolution and conflict in the Twenty-first century*. Nova Iorque: The Penguin Press, 2009.
- VIEIRA, Marcelo; VIEIRA, Eurípides. *Geoestratégia global: economia, poder e gestão de territórios*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.
- WELZER, Harald. *Guerras climáticas: por que mataremos e seremos mortos no século 21*. Tradução William Lagos. São Paulo: Geração Editorial, 2010.

